

INFÂNCIAS CULTURAS E DIREITOS HUMANOS

OS CONSELHOS TUTELARES EM RECIFE: CAMINHOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Davi Augusto Santos Domingos¹

A presente pesquisa, intitulada "Os Conselhos Tutelares em Recife: Caminhos da Institucionalização, insere-se nos campos da História das Infâncias e dos Direitos Humanos, e teve como objetivo geral historicizar as ações produzidas no campo da assistência ao público infanto-adolescente a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com foco na implantação dos conselhos tutelares (1990 – 2000). A relevância do trabalho reside na análise da ruptura promovida pelo ECA em 1990, que substituiu a lógica menorista do Código de Menores (1979), que enquadrava crianças e adolescentes pobres como "menores" objeto de tutela e repressão, muitas vezes através de entidades como a FEBEM, pelo paradigma da proteção integral, reconhecendo-os como sujeitos plenos de direitos. A pesquisa buscou compreender como essa alteração normativa e cultural se materializou na prática da política pública em nível municipal, especialmente na cidade do Recife, marcada por profundas desigualdades sociais e violência sistemática. Entre os objetivos específicos, estavam analisar o cenário de violações de direitos humanos em Recife na década de 1990 e mapear as temáticas pautadas pelos Conselhos Tutelares e pela imprensa no período. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, pautada na análise documental e bibliográfica. O marco teórico-metodológico se baseou em conceitos historiográficos como tempo, espaço, fonte e documento, buscando situar o pesquisador em seu tempo e espaço histórico e transcender a localização geográfica. A noção de infância, central para o estudo, foi abordada como um conceito dinâmico, maleável e construído socialmente em diferentes contextos. O trabalho utilizou como principais referências bibliográficas a dissertação de João Victor Braga de

¹ Graduando em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil, davi.augusto@ufrpe.br

Souza (2021), que descreve a institucionalização dos Conselhos no Recife, e o estudo de Humberto Miranda (2021), que examina a situação das crianças em situação de rua, a atuação do Movimento

Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e as denúncias de violência e extermínio. O MNMMR, que denunciava a FEBEM como "escola do crime" (MIRANDA, 2021, p. 76), foi crucial para pressionar a adoção de medidas protetivas. As fontes documentais prioritárias foram os registros do Diário Oficial do Estado de Pernambuco e do Diário de Pernambuco. Impôs-se como limitação metodológica a ausência de edições digitalizadas do Diário Oficial do Município do Recife anteriores a 2015, o que exigiu recorrer a publicações estaduais e à imprensa de grande circulação para suprir as lacunas. A pesquisa documental buscou reconstruir o percurso de criação, organização e atuação dos Conselhos Tutelares. A Lei Municipal nº 16.092, de 12 de julho de 1995, oficializou a criação de conselhos tutelares regionais no Recife, buscando a descentralização dos serviços e a proximidade com a comunidade. A análise dos documentos e estudos bibliográficos revelou que a implantação e consolidação dos Conselhos no Recife entre 1990 e 2000 foi um processo complexo, marcado por tensões, disputas políticas, resistências institucionais e severas dificuldades estruturais e financeiras. O Recife enfrentava um cenário de "limpeza social" e extermínio de crianças e adolescentes em situação de rua, e os Conselhos se tornaram um espaço contraditório de esperança e limitações. A imprensa, nos primeiros anos, divulgou a importância do ECA e a posse dos primeiros conselheiros em 1996, evidenciando o caráter pedagógico e democrático do órgão. No entanto, a mídia também contribuiu para uma imagem equivocada, retratando o CT como voltado para o "menor infrator", refletindo a persistência do discurso minorista. A regulamentação local e a posse dos conselheiros, cujas histórias de vida apontavam envolvimento com movimentos sociais e luta por direitos, simbolizaram a materialização do ECA. Contudo, a efetividade dos Conselhos era limitada pela fragilidade na articulação interinstitucional e a falta de recursos e infraestrutura adequada. O relatório "Considerações acerca das Crianças e Adolescentes" do COMDICA, de 1999, enfatizou que "é preciso ver e sentir no dia-a-dia, na prática, os direitos formais virarem direitos na realidade" (COORDENAÇÃO GERAL DOS CONSELHOS TUTELARES DO RECIFE, 1999). Os resultados indicaram que a maioria das denúncias recebidas pelos CTs referia-se a negligência intrafamiliar, violência doméstica e falta de acesso à educação. A documentação também revelou que, mesmo após o ECA, o imaginário institucional e a prática, como o treinamento da Polícia Militar para lidar com

crianças de rua em 1997, ainda priorizavam o controle social sobre o cuidado e a proteção integral. Por fim, a pesquisa

conclui que, apesar dos desafios estruturais, da sobrecarga de demandas e da persistência de práticas remanescentes do Código de Menores, os Conselhos Tutelares se consolidaram como protagonistas autônomos e colegiados na defesa dos direitos infantojuvenis no Recife. Sua criação representou um avanço democrático inegável, transformando a abordagem legal da infância. A efetividade desse órgão, contudo, dependeu da articulação contínua com outros agentes do Sistema de Garantia de Direitos, capacitação adequada e compromisso social, reforçando que a transformação dos direitos formais em realidade cotidiana é uma construção histórica em constante disputa.

PALAVRAS-CHAVE: Conselhos Tutelares, Direitos Humanos, História das Infâncias.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- D'ASSUNÇÃO, José. **História, Espaço e Tempo:** interações necessárias: Espaço e tempo - Territórios do historiador. Varia História, Vassouras, v. 22, p. 460-476, 2006.
- JENKS, Chris. **Educação, Sociedades e Cultura.** 17. ed. Londres: Gregg Revivals, 2002. p. 185-286.
- MIRANDA, Humberto (org). **Entre ruas e praças:** história do movimento nacional de meninos e meninas de rua. 1. ed. Recife: Gráfica Liceu, 2021. p. 73-149.
- PONTE, Cristina. **Crianças em notícia:** A Construção da Infância pelo discurso jornalístico 1970-2000. Lisboa: IMPRENSA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2005.
- RECIFE. **Lei nº 16.092, de 12 de julho de 1995.** Cria os Conselhos Tutelares da Cidade do Recife. Diário Oficial do Município do Recife, Recife, PE, 1995.
- SILVA, Anderson. **CONSTRUÇÕES SOCIAIS DAS INFÂNCIAS: DIÁLOGOS ENTRE PSICOLOGIA AMBIENTAL, GEOGRAFIA E HISTÓRIA.** História Unicap, Recife, v. 10, p. 135-149, 2023.

SOUZA, João Victor Braga de. Para além da proteção: uma história dos conselhos tutelares no Recife (1990-2000). 2021.